

CELSO FURTADO

FORMAÇÃO  
ECONÔMICA  
DO BRASIL

24ª edição

**História do Brasil Colonial**

Prof. Rodrigo Ricupero

**4 A** – Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*.  
24ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991,  
p. 39-69.

19 cop



BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Série 2.<sup>a</sup> — Ciências Sociais

Volume 23

Do mesmo autor:

- A Economia Brasileira* (Rio, 1954).  
*Uma Economia Dependente* (Rio, 1956).  
*Perspectivas da Economia Brasileira* (Rio, 1957).  
*A Operação Nordeste* (Rio, 1960).  
*Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (Rio, 1961).  
*A Pré-Revolução Brasileira* (Rio, 1962).  
*Dialética do Desenvolvimento* (Rio, 1964).  
*Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (Rio, 1966).  
*Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (São Paulo, 1967).  
*Um Projeto para o Brasil* (São Paulo, 1968).  
*Formação Econômica da América Latina* (Rio de Janeiro, 1969).  
*A Economia Latino-Americana* (São Paulo, 1976).

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO ..... 1

PRIMEIRA PARTE

FUNDAMENTOS ECONÔMICOS DA OCUPAÇÃO  
TERRITORIAL

I — Da expansão comercial à empresa agrícola ..... 5  
II — Fatores do êxito da empresa agrícola ..... 9  
III — Razões do monopólio ..... 13  
IV — Desarticulação do sistema ..... 16  
V — As colônias de povoamento do hemisfério norte ..... 19  
VI — Conseqüências da penetração do açúcar nas Antilhas ... 24  
VII — Encerramento da etapa colonial ..... 32

SEGUNDA PARTE

ECONOMIA ESCRAVISTA DE AGRICULTURA TROPICAL  
(Séculos XVI e XVII)

VIII — Capitalização e nível de renda na colônia açucareira ... 41  
IX — Fluxo de renda e crescimento ..... 47  
X — Projeção da economia açucareira: a pecuária ..... 54  
XI — Formação do complexo econômico nordestino ..... 61  
XII — Contração econômica e expansão territorial ..... 65

TERCEIRA PARTE

ECONOMIA ESCRAVISTA MINEIRA  
(Século XVIII)

XIII — Povoamento e articulação das regiões meridionais .....	73
XIV — Fluxo da renda .....	78
XV — Regressão econômica e expansão da área de subsistência .....	84

QUARTA PARTE

ECONOMIA DE TRANSIÇÃO  
PARA O TRABALHO ASSALARIADO  
(Século XIX) -

XVI — O Maranhão e a falsa euforia do fim da época colonial .....	89
XVII — Passivo colonial, crise financeira e instabilidade política .....	93
XVIII — Confronto com o desenvolvimento dos EUA .....	99
XIX — Declínio a longo prazo do nível de renda: primeira metade do século XIX .....	106
XX — Geração da economia cafeeira .....	110
XXI — O problema da mão-de-obra. I. <i>Oferta interna potencial</i> .....	117
XXII — O problema da mão-de-obra. II. <i>A imigração européia</i> .....	123
XXIII — O problema da mão-de-obra. III. <i>Transumância amazônica</i> .....	129
XXIV — O problema da mão-de-obra. IV. <i>Eliminação do trabalho escravo</i> .....	136
XXV — Nível de renda e ritmo de crescimento na segunda metade do século XIX .....	142
XXVI — O fluxo de renda na economia de trabalho assalariado .....	151
XXVII — A tendência ao desequilíbrio externo .....	155
XXVIII — A defesa do nível de emprego e a concentração da renda .....	161
XXIX — A descentralização republicana e a formação de novos grupos de pressão .....	168

QUINTA PARTE

ECONOMIA DE TRANSIÇÃO  
PARA UM SISTEMA INDUSTRIAL  
(Século XX)

XXX — A crise da economia cafeeira .....	177
XXXI — Os mecanismos de defesa e a crise de 1929 .....	186
XXXII — Deslocamento do centro dinâmico .....	195
XXXIII — O desequilíbrio externo e sua propagação .....	204
XXXIV — Reajustamento do coeficiente de importações .....	217
XXXV — Os dois lados do processo inflacionário .....	223
XXXVI — Perspectiva dos próximos decênios .....	233
ÍNDICE ONOMÁSTICO .....	243
ÍNDICE ANALÍTICO .....	244

## SEGUNDA PARTE

Economia escravista  
de agricultura tropical

SÉCULOS XVI e XVII

## CAPÍTULO VIII

CAPITALIZAÇÃO E NÍVEL DE RENDA  
NA COLÔNIA AÇUCAREIRA

O RÁPIDO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA açucareira, malgrado as enormes dificuldades decorrentes do meio físico, da hostilidade do silvícola e do custo dos transportes, indica claramente que o esforço do governo português se concentrara nesse setor. O privilégio, outorgado ao donatário, de só ele fabricar moenda e engenho de água, denota ser a lavoura do açúcar a que se tinha especialmente em mira introduzir<sup>46</sup>. Favores especiais foram concedidos subseqüentemente àqueles que instalassem engenhos: isenções de tributos, garantia contra a penhora dos instrumentos de produção, honrarias e títulos, etc. As dificuldades maiores, encontradas na etapa inicial advieram da escassez de mão-de-obra. O aproveitamento do escravo indígena, em que aparentemente se baseavam todos os planos iniciais<sup>47</sup>, resultou inviável na escala requerida pelas empresas agrícolas de grande envergadura que eram os engenhos de açúcar.

A escravidão demonstrou ser, desde o primeiro momento, uma condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra. Como observa um cronista da época, sem escravos os colonos "não se podem sustentar na terra"<sup>48</sup>. Com efeito, para

(46) Veja-se JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO, *Épocas de Portugal Económico*, Lisboa, 1929, p. 235.

(47) Entre os privilégios que receberam os donatários estava o da escravização dos índios em número ilimitado e a autorização de exportar para Portugal, anualmente, um certo número de escravos indígenas. O êxito que vinham alcançando os espanhóis na exploração da mão-de-obra indígena deve haver influenciado os portugueses nos seus cálculos sobre essa matéria.

(48) GANDAVO, *Tratado da Terra do Brasil*, 1570(?), citado por R. SIMONSEN, *História Económica do Brasil*, 3.<sup>a</sup> ed., S. Paulo, 1957, p. 127.



subsistir sem trabalho escravo, seria necessário que os colonos se organizassem em comunidades dedicadas a produzir para auto-consumo, o que só teria sido possível se a imigração houvesse sido organizada em bases totalmente distintas. Aqueles grupos de colonos que, em razão da escassez de capital ou da escolha de uma base geográfica inadequada encontraram maiores dificuldades para consolidar-se economicamente, tiveram de empenhar-se por todas as formas na captura dos homens da terra. A captura e o comércio do indígena vieram constituir, assim, a primeira atividade econômica estável dos grupos de população não-dedicados à indústria açucareira. Essa mão-de-obra indígena, considerada de segunda classe, é que permitirá a subsistência dos núcleos de população localizados naquelas partes do país que não se transformaram em produtores de açúcar.

Observada de uma perspectiva ampla, a colonização do século XVI surge fundamentalmente ligada à atividade açucareira. Aí onde a produção de açúcar falhou — caso de São Vicente — o pequeno núcleo colonial conseguiu subsistir graças à relativa abundância da mão-de-obra indígena. O homem da terra não somente trabalhava para o colono, como também constituía sua quase única mercadoria de exportação. Contudo, não fora o mercado de escravos das regiões açucareiras e suas pequenas dependências urbanas, e a captura destes não chegaria a ser uma atividade econômica capaz de justificar a existência dos colonos de São Vicente. Portanto, mesmo aquelas comunidades que aparentemente tiveram um desenvolvimento autônomo nessa etapa da colonização, deveram sua existência indiretamente ao êxito da economia açucareira.

O fato de que desde o começo da colonização algumas comunidades se hajam especializado na captura de escravos indígenas põe em evidência a importância da mão-de-obra nativa na etapa inicial de instalação da colônia. No processo de acumulação de riqueza quase sempre o esforço inicial é relativamente o maior. A mão-de-obra africana chegou para a expansão da empresa, que já estava instalada. É quando a rentabilidade do negócio está assegurada que entram em cena, na escala necessária, os escravos africanos: base de um sistema de produção mais eficiente e mais densamente capitalizado.

Superadas essas dificuldades da etapa de instalação, a colônia açucareira se desenvolve rapidamente. Ao terminar o século XVI, a produção de açúcar muito provavelmente superava os dois mi-

lhões de arrobas<sup>49</sup>, sendo umas vinte vezes maior que a quota de produção que o governo português havia estabelecido um século antes para as ilhas do Atlântico. A expansão foi particularmente intensa no último quartel do século, durante o qual decuplicou.

O monte dos capitais invertidos na pequena colônia já era, por essa época, considerável. Admitindo-se a existência de apenas 120 engenhos — ao final do século XVI — e um valor médio de 15.000 libras esterlinas por engenho, o monte total dos capitais aplicados na etapa produtiva da indústria resulta aproximadamente de 1.800.000 libras. Por outro lado, estima-se em cerca de 20.000 o número de escravos africanos que havia na colônia por essa época. Se se admite que três quartas partes dos mesmos eram utilizados diretamente na indústria do açúcar e se se lhes imputa um valor médio de 25 libras, resulta que a inversão em mão-de-obra era da ordem de 375.000 libras. Comparando esse dado com o anterior, depreende-se que o capital empregado na mão-de-obra escrava deveria aproximar-se de vinte por cento do capital fixo da empresa. Parte substancial desse capital estava constituída por equipamentos importados.

Sobre o monte da renda gerada por essa economia não se pode ir além de vagas conjeturas. O valor total do açúcar exportado, num ano favorável, teria alcançado uns 2,5 milhões de libras. Se se admite que a renda líquida gerada na colônia pela atividade açucareira correspondia a 60 por cento desse monte<sup>50</sup>, e que essa atividade contribuía com três quartas partes da renda total gerada, esta última deveria aproximar-se de 2 milhões de libras. Tendo em conta que a população de origem européia não

(49) As cifras relativas à produção de açúcar na época colonial, que aparecem em obras de cronistas, visitantes, informes oficiais portugueses e holandeses bem como em trabalhos de estudiosos da matéria, nacionais e estrangeiros, foram cuidadosamente escrutinadas por ROBERTO SIMONSEN, *op. cit.* Os dados que servem de base aos cálculos e estimativas que aparecem no texto foram todos colhidos na obra desse grande pesquisador da história econômica do Brasil. Contudo nem sempre acolhemos na escolha o próprio critério de SIMONSEN, que teve sempre a preocupação de reter apenas as referências mais conservadoras.

(50) Os gastos monetários de reposição, que cabe deduzir para obter o monte da renda líquida, podem ser estimados *grasso modo* em 110 mil libras: 50 mil libras para reposição dos escravos — admitindo-se uma vida média útil de oito anos, 15.000 escravos 25 libras por cabeça — e 60 mil libras para a parte de equipamento importado — admitindo-se que a terça parte do capital fixo (inclusive escravos) estivesse constituída por equipamentos importados e que estes tivessem uma vida útil média de dez anos.



seria superior a 30.000 habitantes, torna-se evidente que a pequena colônia açucareira era excepcionalmente rica<sup>51</sup>.

A renda que se gerava na colônia estava fortemente concentrada em mão da classe de proprietários de engenho. Do valor do açúcar no porto de embarque apenas uma parte ínfima (não superior a 5 por cento) correspondia a pagamentos por serviços prestados fora do engenho no transporte e armazenamento. Os engenhos mantinham, demais, um certo número de assalariados: homens de vários ofícios e supervisores do trabalho dos escravos. Mesmo admitindo que para cada dez escravos houvesse um empregado assalariado — mil e quinhentos no conjunto da indústria açucareira — e imputando um salário monetário de 15 libras anuais cada um<sup>52</sup>, chega-se à soma de 22.500 libras, que é menos de 2 por cento da renda gerada no setor açucareiro. Por último cabe considerar que o engenho realizava um certo monte de gastos monetários, principalmente na compra de gado (para tração) e de lenha (para as fornalhas). Essas compras constituíam o principal vínculo entre a economia açucareira e os demais núcleos de povoamento existentes no país. Estima-se que o número total de bois existentes nos engenhos era da mesma ordem do número de escravos. Por outro lado, admite-se que um boi valia cerca da quinta parte do valor de um escravo e que sua vida de trabalho era apenas de três anos. Sendo assim, a inversão em bois para tração seria da ordem de 75.000 libras e os gastos de reposição de cerca de 25.000. Supondo mesmo que os gastos com lenha e outros menores chegassem a dobrar essa cifra, os pagamentos feitos pela economia açucareira aos demais grupos de população estariam muito pouco por cima de 3 por cento da renda que a mesma gerava. Tudo indica, destarte, que pelo menos 90

(51) Se bem que as comparações a longo prazo de rendas monetárias — com base no valor do ouro — careçam quase totalmente de expressão real, a título de curiosidade indicamos que a renda *per capita* (da população de origem européia), na passagem do século XVI para o XVII, corresponde a cerca de 350 dólares de hoje. Essa renda *per capita* estava evidentemente muito acima da que prevalecia na Europa, nessa época, e em nenhuma outra época de sua história — nem mesmo no auge da produção do ouro — o Brasil logrou recuperar esse nível.

(52) Quinze libras anuais representariam um salário muito elevado da época, pois o custo real da mão-de-obra escrava não seria muito superior a quatro libras por ano — admitindo-se um preço de 25 libras, vida útil de oito anos e que a terça parte do tempo do escravo fosse absorvida na produção de alimentos para ele mesmo. Como ponto de referência pode-se indicar que o salário agrícola no norte dos EUA, na segunda metade do século XVIII, era de aproximadamente 12 libras, sendo na Inglaterra a metade dessa soma. Veja-se F. A. SHANNON, *op. cit.*, p. 74.

por cento da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantações de cana.

A utilização dessa massa enorme de renda que se concentrava em tão poucas mãos, constitui um problema difícil de elucidar. Os dados acima referidos põem em evidência que a renda dos capitais investidos na etapa produtiva — isto é, a etapa que correspondia à classe de senhores de engenho e proprietários de canaviais — estaria, num ano favorável, por cima de um milhão de libras, ao iniciar-se o século XVII. A parte dessa renda que se despendia com bens de consumo importados — principalmente artigos de luxo — era considerável. Dados relativos à administração holandesa, por exemplo, indicam que em 1639 teriam sido arrecadadas cerca de 16.000 libras de impostos de importação, a terça parte do total correspondendo a vinhos. Admitindo-se *grossa modo*, uma taxa *ad valorem* de 20%, deduz-se que o monte das importações não teria sido inferior a 800.000 libras<sup>53</sup>. Nesse mesmo ano, o valor do açúcar exportado pelo Brasil holandês, nos portos de embarque, teria sido pouco mais ou menos de 1,2 milhão de libras. Deve-se ter em conta, entretanto, que os gastos de consumo se ampliaram muito na época holandesa, seja pela necessidade de manter tropa numerosa, seja em razão do fausto da administração do período de Nassau (1637-44). Difícilmente se pode admitir que os colonos portugueses, isolados em seus engenhos e alheios a qualquer forma de convivência urbana, lograssem efetuar gastos de consumo de tal monta. Admitindo com muita margem que o gastos de consumo destes alcançassem 600.000 libras, restaria em mãos dos senhores de engenho soma igual a esta, não despendida na colônia. Esses dados põem em evidência a enorme margem para capitalização que existia na economia açucareira, e explicam que a produção haja podido decuplicar no último quartel do século XVI.

Os dados a que se faz referência no parágrafo anterior sugerem que a indústria açucareira era suficientemente rentável para autofinanciar uma duplicação de sua capacidade produtiva cada

(53) Essas estimativas se baseiam em dados de fonte holandesa da época, transcritos por P. M. NETSCHER, in *Les Hollandais au Brésil*, 1853. A relação que aí se encontra de produtos importados na época é interessante: vinhos espanhóis e franceses, azeite de oliveira, cerveja, vinagre, peixes salgados, sebos e couros, farinhas, biscoitos, manteiga, óleo de linhaça e de baleia, especiarias, panos, lãs, sedas, cobre, ferro, aço, estanho, pranchas, etc. Ver R. SIMONSEN, *op. cit.*, p. 119. Para um balanço das receitas e gastos dos holandeses no Brasil, em 1644, veja-se C. R. BOXER, *op. cit.*, apêndice II.



dois anos<sup>54</sup>. Aparentemente o ritmo de crescimento foi dessa ordem, nas etapas mais favoráveis. O fato de que essa potencialidade financeira só tenha sido utilizada excepcionalmente indica que o crescimento da indústria foi governado pela possibilidade de absorção dos mercados compradores. Sendo assim, que não se haja repetido a dolorosa experiência de superprodução que tiveram as ilhas do Atlântico, confirma que houve excepcional habilidade na etapa de comercialização, e que era desta última que se tomavam as decisões fundamentais com respeito a todo o negócio açucareiro.

Mas, se a plena capacidade de autofinanciamento da indústria não era utilizada, que destino tomavam os recursos financeiros sobranes? É óbvio que não eram utilizados dentro da colônia, onde a atividade econômica não-açucareira absorvia ínfimos capitais. Tampouco consta que os senhores de engenho investissem capitais em outras regiões. A explicação mais plausível para esse fato talvez seja que parte substancial dos capitais aplicados na produção açucareira pertencesse aos comerciantes. Sendo assim, uma parte da renda, que antes atribuímos à classe de proprietários de engenhos e de canaviais, seria o que moderadamente se chama renda de não-residentes, e permanecia fora da colônia. Explicar-se-ia assim, facilmente, a íntima coordenação existente entre as etapas de produção e comercialização, coordenação essa que preveniu a tendência natural à superprodução.

(54) Partindo de uma renda bruta de 1,5 milhão de libras no setor açucareiro, estimando que dez por cento dessa renda correspondiam a pagamentos de salários, compra de gado, lenha, etc., e que os gastos de reposição de fatores importados eram da ordem de 120 mil libras, deduz-se que a renda líquida do setor era de cerca de 1,2 milhão de libras. Subtraindo 600 mil libras de gastos em bens de consumo importados, ficavam outras 600 mil libras, que era a quanto montava a potencialidade de inversão do setor. Como o capital fixo ascendia a 1,8 milhão de libras e pelo menos um terço do mesmo eram obras de construção e instalações realizadas pelos próprios escravos, deduz-se que em dois anos esse capital podia ser dobrado.

## CAPÍTULO IX

### FLUXO DE RENDA E CRESCIMENTO —

QUE POSSIBILIDADE EFETIVA DE EXPANSÃO e evolução estrutural apresentava esse sistema econômico, base da ocupação do território brasileiro? Para elucidar essa questão convém observar mais de perto, nesse sistema, os processos de formação da renda e de acumulação de capital.

O que mais singulariza a economia escravista é, seguramente, a forma como nela opera o processo de formação de capital. O empresário açucareiro teve, no Brasil, desde o começo, que operar em escala relativamente grande. As condições do meio não permitiam pensar em pequenos engenhos, como fora o caso nas ilhas do Atlântico. Cabe deduzir, portanto, que os capitais foram importados. Mas o que se importava, na etapa inicial, eram os equipamentos e a mão-de-obra européia especializada. O trabalho indígena deve ter sido utilizado, então, para alimentar a nova comunidade e nas tarefas não-especializadas das obras de instalação. Nas primeiras fases de operação, muito provavelmente coube ao trabalho indígena um papel igualmente importante. Uma vez em operação os engenhos, o valor destes deveria pelo menos dobrar o capital importado sob a forma de equipamentos e destinado a financiar a transladação dos operários especializados. A introdução do trabalhador africano não constituiu modificação fundamental pois apenas veio substituir outro escravo menos eficiente e de recrutamento mais incerto.

Uma vez instalada a indústria, seu processo de expansão seguiu sempre as mesmas linhas: gastos monetários na importação de equipamentos, de alguns materiais de construção e de mão-de-obra escrava. A importação de mão-de-obra especializada já se realizava em menor escala, tratando o engenho de auto abastecer-se também neste setor, mediante treinamento daqueles escravos que



demonstravam maior aptidão para os ofícios manuais. O mesmo não ocorre, entretanto, com a mão-de-obra não-especializada, pois a população escrava tendia a minguar vegetativamente, sem que durante toda a época da escravidão se haja tentado com êxito inverter essa tendência<sup>55</sup>.

Uma vez efetuada a importação dos equipamentos e da mão-de-obra escrava, a etapa subsequente da inversão — construção e instalação — se realizava praticamente sem que houvesse lugar para formação de um fluxo de renda monetária. Parte da força de trabalho escravo se dedicava a produzir alimentos para o conjunto da população, e os demais se ocupavam nas obras de instalação e, subsequentemente, nas tarefas agrícolas e industriais do engenho.

Numa economia industrial a inversão faz crescer diretamente a renda da coletividade em quantidade idêntica a ela mesma. Isto porque a inversão se transforma automaticamente em pagamento a fatores de produção. Assim, a inversão em uma construção está basicamente constituída pelo pagamento do material nela utilizado e da força de trabalho absorvido. A compra do material de construção, por seu lado, não é outra coisa senão a remuneração da mão-de-obra e do capital utilizados em sua fabricação e transporte. Estes pagamentos a fatores, que são uma criação de renda monetária<sup>56</sup> ou de poder de compra, somados, reconstituem o valor inicial da inversão.

A inversão feita numa economia exportadora-escravista é fenômeno inteiramente diverso. Parte dela transforma-se em pagamentos feitos no exterior: é a importação de mão-de-obra, de equipamentos e materiais de construção; a parte maior, sem embargo, tem como origem a utilização mesma da força de trabalho escravo. Ora, a diferença entre o custo de reposição e de manutenção dessa mão-de-obra, e o valor do produto do trabalho

(55) Ao contrário do que ocorreu nos EUA, onde regiões houve que chegaram a especializar-se na criação de escravos, no Brasil sempre prevaleceu uma visão de curto prazo nesta matéria, como se a escravidão fora negócio apenas para uma geração. Já o jesuíta ANTONIL, nos seus sábios conselhos aos senhores de engenho, nos começos do século XVIII, recomendava que "aos feitores de nenhuma maneira se deve consentir o dar coice, principalmente na barriga das mulheres, que andam pejadas, nem dar com pau nos escravos, porque na cólera se não medem os golpes, e podem ferir na cabeça a um escravo de préstimo que vale muito dinheiro e perdê-lo. Repreendê-los, e chegar-lhes com um cipó, às costas com algumas varancadas, he o que se lhes pôde, e deve permitir para ensino". Citado por R. SIMONSEN, *op. cit.*, p. 108.

(56) A renda monetária é igual à renda real quando não há modificações do nível geral dos preços.

da mesma, era lucro para o empresário. Sendo assim, a nova inversão fazia crescer a renda real apenas no montante correspondente à criação de lucro para o empresário. Esse incremento da renda não tinha, entretanto, expressão monetária, pois não era objeto de nenhum pagamento.

A mão-de-obra escrava pode ser comparada às instalações de uma fábrica: a inversão consiste na compra do escravo, e sua manutenção representa custos fixos. Esteja a fábrica ou o escravo trabalhando ou não, os gastos de manutenção terão de ser despendidos. Demais, uma hora de trabalho do escravo perdida não é recuperável, como ocorreria no caso de uma máquina que tivesse de ser impreterivelmente abandonada ao final de um dado número de anos. É natural que não podendo utilizá-la continuamente em atividades produtivas ligadas diretamente à exportação, o empresário procurasse ocupar a força de trabalho escravo em tarefas de outra ordem, nos interregnos forçados da atividade principal. Tais tarefas vinham a ser obras de construção, abertura de novas terras, melhoramentos locais, etc. Estas inversões aumentavam o ativo do empresário mas não criavam um fluxo de renda monetária, como no anterior.

Os gastos de consumo apresentavam características similares. Parte substancial desses gastos era realizada no exterior, com a importação de artigos de consumo, conforme vimos. Outra parte consistia na utilização da força de trabalho escravo para a prestação de serviços pessoais. Neste último caso o escravo se comportava como um bem durável de consumo. O serviço que prestava era a contrapartida do dispêndio inicial exigido na aquisição de sua propriedade, assim como o serviço prestado por um automóvel é a contrapartida de seu custo. Da mesma forma que a renda da coletividade não diminui quando os automóveis particulares se paralisam, tampouco se modificaria essa renda caso os escravos deixassem de prestar serviços pessoais a seus donos<sup>57</sup>.

Vejamos agora, em seu conjunto, o funcionamento dessa economia. Como os fatores de produção em sua quase totalidade

(57) O serviço prestado por um bem durável de consumo é a contrapartida do seu custo inicial e dos gastos correntes efetuados com sua manutenção. A paralisação dos automóveis repercutiria sobre o nível de renda da coletividade na medida em que esses gastos correntes deixassem de realizar-se. No caso dos escravos, os gastos de manutenção não criavam, de maneira geral, nenhum fluxo de renda. Como os escravos produziam os seus meios de manutenção — com exceção de alguns tecidos grossos que se importavam — cabe introduzir o conceito de *mão-de-obra escrava líquida*, isto é, excluída a parte que se utilizava na produção de alimentos para os próprios escravos.



pertenciam ao empresário, a renda monetária gerada no processo produtivo revertia em sua quase totalidade às mãos desse empresário. Essa renda — a totalidade dos pagamentos a fatores de produção mais os gastos de reposição do equipamento e dos escravos importados — expressava-se no valor das exportações. É fácil compreender que, se a quase totalidade da renda monetária estava dada pelo valor das exportações, a quase totalidade do dispêndio monetário teria de expressar-se no valor das importações. A diferença entre o dispêndio total monetário e o valor das importações traduziria o movimento de reservas monetárias e a entrada líquida de capitais, além do serviço financeiro daqueles fatores de produção de propriedade de pessoas não-residentes na colônia. O fluxo de renda se estabelecia, portanto, entre a unidade produtiva, considerada em conjunto, e o exterior. Pertencendo todos os fatores a um mesmo empresário, é evidente que o fluxo de renda se resumia na economia açucareira a simples operações contábeis, reais ou virtuais. Não significa isto que essa economia fosse de outra natureza que não monetária. Tendo cada fator um custo que se expressa monetariamente, e o mesmo ocorrendo ao produto final, o empresário deveria de alguma forma saber como combinar melhor os fatores para reduzir o custo de produção e maximizar sua renda real.

A natureza puramente contábil do fluxo de renda, dentro do setor açucareiro, tem induzido muita gente a supor que era essa uma economia de tipo semifeudal. O feudalismo é um fenômeno de regressão que traduz o atrofiamiento de uma estrutura econômica<sup>58</sup>. Esse atrofiamiento resulta do isolamento imposto a uma economia, isolamento que erigenda grande diminuição da produtividade pela impossibilidade em que se encontra o sistema de tirar partido da especialização e da divisão do trabalho que lhe permitem o nível da técnica já alcançado. Ora, a unidade escravista, cujas características indicamos em suas linhas gerais, pode ser apresentada como um caso extremo de especialização econômica. Ao inverso da unidade feudal, ela vive totalmente voltada para o mercado externo. A suposta similitude deriva da existência de pagamentos *in natura* em uma e outra. Mas ainda aqui existe um total equívoco, pois na unidade escravista os pagamentos a fatores são todos de natureza monetária, devendo-se ter em conta que o pagamento ao escravo é aquele que se faz no ato de compra deste. O pagamento *corrente* ao escravo seria o

(58) Veja-se C. FURTADO, "O Desenvolvimento Econômico", *Economia Brasileira*, vol. 1, n.º 1.

simples gasto de manutenção, que, como o dispêndio com a manutenção de uma máquina, pode ficar implícito na contabilidade, sem que por isso perca sua natureza monetária<sup>59</sup>.

Retornemos a nosso problema inicial: que possibilidades de expansão e evolução estrutural apresentava o sistema econômico escravista? É evidente que, se o mercado externo absorvesse quantidades crescentes de açúcar a um nível adequado de preços, o sistema poderia crescer — sempre que a oferta externa de força de trabalho fosse elástica — até ocupar todas as terras disponíveis. Dada a relativa abundância destas últimas, é de admitir que as possibilidades de expansão eram ilimitadas por este lado. Também já vimos que, ao nível de preços que prevaleceu na segunda metade do século XVI e primeira do seguinte, a rentabilidade era suficientemente elevada para permitir que a indústria autofinanciasse uma expansão ainda mais rápida do que a efetivamente ocorrida. Tudo indica, portanto, que o aumento da capacidade produtiva foi regulado com vista a evitar um colapso nos preços, ao mesmo tempo que se realizava um esforço persistente para tornar o produto conhecido e ampliar a área de consumo do mesmo. Como quer que seja, o crescimento foi considerável — particularmente se o observamos do ponto de vista da colônia — e persistiu durante todo um século. Contudo, esse crescimento se realizava sem que houvesse modificações sensíveis na estrutura do sistema econômico. Os retrocessos ocasionais tampouco acarretavam qualquer modificação estrutural. Mesmo que a unidade produtiva chegasse a paralisar-se, o empresário não incorria em grandes perdas, uma vez que os gastos da manutenção dependiam principalmente da própria utilização da força de trabalho escravo. Por outro lado, grande parte dos gastos de consumo do empresário estava assegurada pela utilização dessa força de trabalho. Destarte, o crescimento da empresa escravista tendia a ser puramente em extensão, isto é, sem quaisquer modificações estruturais. As paralisações ou retrocessos nesse crescimento não tendiam a criar tensões capazes de modificar-lhe a estrutura. Cres-

(59) A tentativa de transposição de instituições feudais para as colônias comerciais da América demonstrou ser impraticável, mesmo ali onde houve intenção explícita de fazê-lo e onde era mais forte a tradição feudalista, como no caso da França. L. P. MAY, referindo-se a este problema, diz: "*Quelques auteurs se sont imaginés que l'organisation féodale de la métropole fut transposée tout d'un bloc et dans son intégrité dans les colonies; que les droits seigneuriaux y furent levés et des tailles établies. En fait, rien n'est ici plus inexact. La Cie. tenta de percevoir le droit de lods et vende à St-Christophe, mais de diminution en diminution, elle finit par abandonner. A la Martinique, nous n'en avons trouvé aucune trace*". *Op. cit.*, p. 69-70.



cimento significava, neste caso, ocupação de novas terras e aumento de importações. Decadência vinha a ser redução dos gastos em bens importados e na reposição da força de trabalho (também importada), com diminuição progressiva, mas lenta, no ativo da empresa, que assim minguaava sem se transformar estruturalmente.

Não havia, portanto, nenhuma possibilidade de que o crescimento com base no impulso externo originasse um processo de desenvolvimento de autopropulsão. O crescimento em extensão possibilitava a ocupação de grandes áreas, nas quais se ia concentrando uma população relativamente densa. Entretanto, o mecanismo da economia, que não permitia uma articulação direta entre os sistemas de produção e de consumo, anulava as vantagens desse crescimento demográfico como elemento dinâmico do desenvolvimento econômico. Conforme já vimos, os lucros eram o único tipo de renda que se deixava influenciar pelas modificações de produtividade, fosse esta de natureza puramente econômica (melhora nos preços relativos) ou resultasse da introdução de uma melhora tecnológica. Se ocorria uma redução ao ritmo da atividade produtiva para exportação, reduziam-se os lucros do empresário, mas ao mesmo tempo se criava uma capacidade excedente de trabalho, a qual podia ser utilizada na expansão da capacidade produtiva. Se não havia interesse em expandir essa capacidade produtiva, o potencial disponível de inversão podia ser canalizado para obras de construção ligadas ao bem-estar da classe proprietária ou outras de caráter não-reprodutivo.

A economia escravista dependia, assim, em forma praticamente exclusiva, da procura externa. Se se enfraquecia essa procura, tinha início um processo de decadência, com atrofiamento do setor monetário. Esse processo, entretanto, não apresentava de nenhuma maneira as características catastróficas das crises econômicas. A renda monetária da unidade exportadora, praticamente constituía os lucros do empresário, sendo sempre vantajoso para este continuar operando qualquer que fosse a redução ocasional dos preços. Como o custo estava virtualmente constituído de gastos fixos, qualquer redução na utilização da capacidade produtiva redundava em perda para o empresário. Sempre havia vantagem em utilizar a capacidade plenamente. Contudo, se se reduziam os preços abaixo de certo nível, o empresário não podia enfrentar os gastos de reposição de sua força de trabalho e de seu equipamento importado. Em tal caso, a

unidade tendia a perder capacidade. Essa redução de capacidade teria, entretanto, de ser um processo muito lento, dadas as razões já expostas. A unidade exportadora estava assim capacitada para preservar a sua estrutura. A economia açucareira do Nordeste brasileiro, com efeito, resistiu mais de três séculos às mais prolongadas depressões, logrando recuperar-se sempre que o permitiam as condições do mercado externo, sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa.

Na segunda metade do século xvii, quando se desorganizou o mercado do açúcar e teve início a forte concorrência antilhana, os preços se reduziram à metade. Contudo, os empresários brasileiros fizeram o possível para manter um nível de produção relativamente elevado. No século seguinte persistiu a tendência à baixa de preços. Por outro lado, a economia mineira, que se expandiria no centro-sul, atraindo a mão-de-obra especializada e elevando os preços do escravo, reduziria ainda mais a rentabilidade da empresa açucareira. O sistema entrou, em consequência, numa letargia secular. Sua estrutura preservou-se, entretanto, intacta. Com efeito, ao surgirem novas condições favoráveis a começos do século xix, voltaria a funcionar com plena vitalidade.



## CAPÍTULO X

PROJEÇÃO DA ECONOMIA AÇUCAREIRA:  
A PECUÁRIA

A FORMAÇÃO DE UM SISTEMA ECONÔMICO de alta produtividade e em rápida expansão na faixa litorânea do Nordeste brasileiro teria necessariamente de acarretar conseqüências diretas e indiretas para as demais regiões do subcontinente que reivindicavam os portugueses. De maneira geral estavam assegurados os recursos para manter a defesa da colônia e intensificar a exploração de outras regiões. De maneira particular, havia surgido um mercado capaz de justificar a existência de outras atividades econômicas.

Vimos anteriormente que, em razão de sua alta rentabilidade e elevado grau de especialização, a economia açucareira constituía um mercado de dimensões relativamente grandes. Para usar uma expressão atual: era essa uma economia de elevadíssimo coeficiente de importações. Com efeito, não obstante a quase inexistência de fluxo monetário dentro da economia açucareira, o seu grau de comercialização era muito elevado. A alta rentabilidade do negócio induzia à especialização, sendo perfeitamente explicável — do ponto de vista econômico — que os empresários açucareiros não quisessem desviar seus fatores de produção para atividades secundárias, pelo menos quando eram favoráveis as perspectivas do mercado de açúcar. A própria produção de alimentos para os escravos, nas terras do engenho, tornava-se antieconômica nessas épocas. A extrema especialização da economia açucareira constitui, na verdade, uma contraprova de sua elevada rentabilidade.

No capítulo VI procuramos demonstrar que foi a especialização extrema da economia açucareira antilhana que, na segunda metade do século XVII, estimulou o desenvolvimento das colônias

de povoamento do norte dos EUA. A elevada rentabilidade do negócio açucareiro fez surgir, em tempo relativamente curto, um mercado completamente novo para um sem-número de produtos, pois os antilhanos (particularmente nas ilhas inglesas) não usavam suas terras e seus escravos senão para produzir açúcar.

Pode-se admitir, como ponto pacífico, que a economia açucareira constituía um mercado de dimensões relativamente grandes, podendo, portanto, atuar como fator altamente dinâmico do desenvolvimento de outras regiões do país. Um conjunto de circunstâncias tenderam, sem embargo, a desviar para o exterior em sua quase totalidade esse impulso dinâmico. Em primeiro lugar havia os interesses criados dos exportadores portugueses e holandeses, os quais gozavam dos fretes excepcionalmente baixos que podiam propiciar os barcos que seguiam para recolher açúcar. Em segundo lugar estava a preocupação política de evitar o surgimento na colônia de qualquer atividade que concorresse com a economia metropolitana.

Se se compara a evolução de São Vicente — que resultou ser uma colônia de povoamento — com a da Nova Inglaterra, *vis-à-vis* das duas poderosas economias açucareiras que coexistiram com ambas, as similitudes e diferenças resultam ser ilustrativas. Em um e outro caso, os objetivos iniciais da colonização fracassaram. Os colonos que sobreviveram às dificuldades iniciais se dedicaram a atividades de baixa rentabilidade, transformando-se o núcleo de população de empresa colonial em colônia de povoamento. Os colonos da Nova Inglaterra encontraram na pesca não só um meio de subsistência, como também uma de suas primeiras atividades comerciais. Voltaram-se assim para o mar, desde o começo. Cedo se dedicaram a construir as embarcações de que necessitavam, desenvolveram essa habilidade e progressivamente lograram independência de iniciativa nos negócios que tinham como base o transporte marítimo. Ao surgir o grande mercado das Antilhas eles lá apareceram em seus próprios barcos. Ainda assim, seria difícil explicar o seu grande êxito na conquista do mercado antilhano sem ter em conta que a Inglaterra — em razão de suas convulsões na segunda metade do século XVII e guerras externas na primeira metade do século XVIII — se encontrou, durante prolongados períodos, impossibilitada de abastecer o mercado antilhano.

Em São Vicente, onde a escassez de mão-de-obra resultou ser maior do que na Nova Inglaterra — o excedente de populações das Ilhas Britânicas tornou possível importar mão-de-obra euro-



pêia em regime de servidão temporária — a primeira atividade comercial a que se dedicaram os colonos foi a caça do índio. Dessa forma, voltaram-se para o interior e se transformaram em sertanistas profissionais. Assim como os portugueses no século xv penetraram no território africano na caça de escravos negros, os habitantes de São Vicente serão levados a penetrar a fundo nas terras americanas na caça indígena. Daí resultará o desenvolvimento em grau eminente da habilidade exploratório-militar, qualidade esta que veio a constituir o fator decisivo da precoce ocupação de vastas áreas centrais do continente sul-americano<sup>60</sup>.

É provável, entretanto, que o principal fator limitante da ação dinâmica da economia açucareira sobre a colônia de povoamento do sul haja sido a própria abundância de terras nas proximidades do núcleo canavieiro. O que caracterizava a economia antilhana era sua extrema escassez de terras. A evolução econômico-social dessas ilhas, nos séculos que seguiram ao advento da economia açucareira, será profundamente marcada por esse fato, assim como a evolução da economia nordestina brasileira estará condicionada pela fluidez de sua fronteira. A essa abundância de terras se deve a criação, no próprio Nordeste, de um segundo sistema econômico, dependente da economia açucareira.

Ao contrário do que ocorreria nas Antilhas, era relativamente pequena a porção do mercado da economia açucareira a que podiam ter acesso outros produtores coloniais. No setor de bens de consumo, as importações consistiam principalmente em artigos de luxo, os quais, evidentemente, não podiam ser produzidos na colônia. O único artigo de consumo de importância que podia

(60) Que não hajam os espanhóis ocupado grande parte das terras que lhes adjudicara o Tratado de Tordesilhas na América meridional, não é para surpreender, pois deram-se eles conta desde cedo de que não era factível defender tudo que lhes cabia no Novo Mundo por esse tratado. Sua linha de defesa estava estruturada no eixo México-Peru, e em seus dois pontos de acesso que eram o Caribe e o Rio da Prata. A Amazônia e as terras centrais da América do Sul apresentavam menos interesse para os espanhóis que os atuais EUA, pois por ali era inviável entrar no Peru, e destes últimos se podia alcançar o México. Como as terras que os espanhóis efetivamente não ocupavam tenderam a cair em poder dos ingleses e franceses, nos séculos xvii e xviii, a expansão portuguesa na América do Sul certamente não era inconveniente do ponto de vista daqueles. Assim, pelo menos se evitava a penetração das potências cujo objetivo conhecido era apossarem-se do melhor do quinhão espanhol. Contudo, não deixa de surpreender que o continente sul-americano haja sido ocupado e demarcado — inclusive a bacia amazônica — um século antes do norte-americano. Esse fato se deve ao extraordinário arrojo dos exploradores paulistas, como passavam a ser conhecidos os descendentes da primitiva colônia de São Vicente.

ser suprido internamente era a carne, que figura na dieta mesmo dos escravos, como observa Antonil. Era no setor de bens de produção que o suprimento local encontrava maior espaço para expandir-se. As duas principais fontes de energia dos engenhos — a lenha e os animais de tiro — podiam ser supridos localmente com grande vantagem. O mesmo ocorria com o material de construção mais amplamente utilizado na época: as madeiras.

Ao expandir-se a economia açucareira, a necessidade de animais de tiro tendeu a crescer mais que proporcionalmente, pois a devastação das florestas litorâneas obrigava a buscar a lenha a distâncias cada vez maiores. Por outro lado, logo se evidenciou a impraticabilidade de criar o gado na faixa litorânea, isto é, dentro das próprias unidades produtoras de açúcar. Os conflitos provocados pela penetração de animais em plantações devem ter sido grandes, pois o próprio governo português proibiu, finalmente, a criação de gado na faixa litorânea. E foi a separação das duas atividades econômicas — a açucareira e a criatória — que deu lugar ao surgimento de uma economia dependente na própria região nordestina. A criação de gado — na forma em que se desenvolveu na região nordestina e posteriormente no sul do Brasil — era uma atividade econômica de características radicalmente distintas das da unidade açucareira. A ocupação da terra era extensiva e até certo ponto itinerante. O regime de águas e distâncias dos mercados exigiam periódicos deslocamentos da população animal, sendo insignificante a fração das terras ocupadas de forma permanente. As inversões fora do estoque de gado eram mínimas, pois a densidade econômica do sistema em seu conjunto era baixíssima. Por outro lado, a forma mesma como se realiza a acumulação de capital dentro da economia criatória induzia a uma permanente expansão — sempre que houvesse terras por ocupar — independentemente das condições da procura. A essas características se deve que a economia criatória se haja transformado num fator fundamental de penetração e ocupação do interior brasileiro.

Deve-se ter em conta, entretanto, que essa atividade, pelo menos em sua etapa inicial, era um fenômeno econômico induzido pela economia açucareira e de rentabilidade relativamente baixa. A renda total gerada pela economia criatória do Nordeste seguramente não excederia cinco por cento do valor da exportação de açúcar. Essa renda estava constituída pelo gado vendido no litoral e pela exportação de couros. O valor desta última no século xviii — quando se havia expandido grandemente a criação



no sul — não seria muito superior a cem mil libras<sup>61</sup>. Se nos limitamos à região diretamente dependente da economia açucareira, a começos do século xvii, dificilmente se pode admitir que sua renda bruta alcançasse cem mil libras<sup>62</sup>, numa época em que o valor da exportação de açúcar possivelmente superava os dois milhões.

A população que se ocupava da atividade criatória era evidentemente muito escassa. Segundo Antonil, os currais variavam de 200 a 1.000 cabeças e havia fazendas de 20.000 cabeças de gado. Admitido-se a relação de um para cinquenta entre a população humana e a animal — o que corresponde *grossa modo* a um vaqueiro para 250 cabeças — resulta que o total da população que vivia da criação nordestina não seria superior a 13.000 pessoas, supondo-se 650.000 cabeças de gado. O recrutamento de mão-de-obra para essas atividades baseou-se no elemento indígena que se adaptava facilmente à mesma. Não obstante a resistência que apresentaram os indígenas em algumas partes, ao verem-se espoliados de suas terras, tudo indica que foi com base na população local que se fez a expansão da atividade criatória.

Que possibilidades de crescimento apresentava esse novo sistema econômico que surgira como um reflexo da atividade açucareira? A condição fundamental de sua existência e expansão era a disponibilidade de terras. Dada a natureza dos pastos do sertão nordestino, a carga que suportavam essas terras era extremamente baixa. Daí a rapidez com que os rebanhos penetraram no interior, cruzando o São Francisco e alcançando o Tocantins e, para o norte, o Maranhão nos começos do século xvii. É fácil compreender que, na medida em que os pastos se distanciavam do litoral, os custos iam crescendo, pois o transporte do gado se tornava mais oneroso. O fato de que essa expansão se haja mantido por tanto tempo deve-se, em grande parte, a que a economia criatória sofreu modificações fundamentais, conforme indicaremos mais adiante.

(61) R. SIMONSEN, *op. cit.*, p. 171.

(62) ANTONIL estimou em 1.300.000 o número de cabeças de gado existentes no Nordeste (Bahia e Pernambuco) a começos do século xviii. Mesmo que se admita que um século antes já existisse metade dessa população (o que indicaria uma taxa de crescimento vegetativo absurdamente baixa para as condições do meio), o total do gado vendido não poderia ser muito superior a 50 mil cabeças, pois é muito pouco provável que o desfrute do rebanho fosse superior a 8 por cento. Admitindo-se um preço médio de venda de 2,5 libras por cabeça, ter-se-ia um valor bruto de 125.000 libras.

No que respeita à disponibilidade de capacidade empresarial, a expansão criatória não parece haver encontrado obstáculos. Essa atividade apresentava para o colono sem recursos muito mais atrativos que as ocupações acessíveis na economia açucareira. Aquele que não dispunha de recursos para iniciar por conta própria a criação tinha possibilidade de efetuar a acumulação inicial trabalhando numa fazenda de gado. A semelhança do sistema de povoamento que se desenvolveu nas colônias inglesas e francesas, o homem que trabalhava na fazenda de criação durante um certo número de anos (quatro ou cinco) tinha direito a uma participação (uma cria em quatro) no rebanho em formação, podendo assim iniciar criação por conta própria. Tudo indica que essa atividade era muito atrativa para os colonos sem capital, pois não somente da região açucareira mas também da distante colônia de São Vicente muita gente emigrou para dedicar-se a ela. Por outro lado, conforme já indicamos, o indígena se adaptava rapidamente às tarefas auxiliares da criação.

Do lado da oferta não existiam, portanto, fatores limitativos à expansão da economia criatória. Esses fatores atuavam do lado da procura. Sendo a criação nordestina uma atividade dependente da economia açucareira, em princípio era a expansão desta que comandava o desenvolvimento daquela. A etapa de rápida expansão da produção de açúcar, que vai até à metade do século xvii, teve como contrapartida a grande penetração nos sertões. Da mesma forma, no século xviii, a expansão da atividade mineira comandará o extraordinário desenvolvimento da criação no sul. A expansão pecuária consiste simplesmente no aumento dos rebanhos e na incorporação — em escala reduzida — de mão-de-obra. A possibilidade de crescimento extensivo exclui qualquer preocupação de melhora de rendimentos. Por outro lado, como as distâncias vão aumentando, a tendência geral é no sentido de redução da produtividade dentro da economia. Dessa forma, excluída a hipótese de melhora nos preços relativos, na medida em que ia crescendo a economia criatória nordestina, a renda média da população nela ocupada ia diminuindo, sendo particularmente desfavorável a situação daqueles criadores que se encontravam a grandes distâncias do litoral.

Ao contrário do que ocorria com a economia açucareira, a criatória — não obstante nesta não predominasse o trabalho escravo — representava um mercado de ínfimas dimensões. A razão disto está em que a produtividade média da economia dependente era muitas vezes menor do que a da principal, sendo muito



inferior seu grau de especialização e comercialização. Observada a economia criatória em conjunto, sua principal atividade deveria ser aquela ligada à própria subsistência de sua população. Para compreender este fato, é necessário ter em conta que a criação de gado também era em grande medida uma atividade de subsistência, sendo fonte quase única de alimentos, e de uma matéria-prima (o couro) que se utilizava praticamente para tudo. Essa importância relativa do setor de subsistência na pecuária será um fator fundamental das transformações estruturais por que passará a economia nordestina em sua longa etapa de decadência.

## CAPÍTULO XI

### FORMAÇÃO DO COMPLEXO ECONÔMICO NORDESTINO

AS FORMAS QUE ASSUMEM OS DOIS SISTEMAS da economia nordestina — o açucareiro e o criatório — no lento processo de decadência que se inicia na segunda metade do século XVII, constituem elementos fundamentais na formação do que no século XX viria a ser a economia brasileira. Vimos já que as unidades produtivas, tanto na economia açucareira como na criatória, tendiam a preservar a sua forma original seja nas etapas de expansão seja nas de contração. Por um lado o crescimento era de caráter puramente extensivo, mediante a incorporação de terra e mão-de-obra, não implicando modificações estruturais que repercutissem nos custos de produção e portanto na produtividade. Por outro lado, a reduzida expressão dos custos monetários — isto é, a pequena proporção da folha de salários e da compra de serviços a outras unidades produtivas — tornava a economia enormemente resistente aos efeitos a curto prazo de uma baixa de preços. Convinha continuar operando, não obstante os preços sofressem uma forte baixa, pois os fatores de produção não tinham uso alternativo. Como se diz hoje em dia, a curto prazo a oferta era totalmente inelástica. Contudo, se os efeitos a curto prazo de uma contração da procura eram muito parecidos nas economias açucareira e criatória, a longo prazo as diferenças eram substanciais.

Muito ao contrário do que ocorria com a açucareira, a economia criatória não dependia de gastos monetários no processo de reposição do capital e de expansão da capacidade produtiva. Assim, enquanto na região açucareira dependia-se da importação de mão-de-obra e equipamentos simplesmente para manter a capacidade produtiva, na pecuária o capital se repunha automaticamente sem exigir gastos monetários de significação. Por outro lado, as condições de trabalho e alimentação na pecuária eram tais que propiciavam um forte crescimento vegetativo de sua



própria força de trabalho. A essas disparidades se devem as diferenças fundamentais no comportamento dos dois sistemas no longo período de declínio nos preços do açúcar.

Ao reduzir-se o efeito dinâmico do estímulo externo, a economia açucareira entra numa etapa de relativa prostração. A rentabilidade do negócio açucareiro se reduz, mas não de forma catastrófica. Os novos preços ainda eram suficientemente altos para que a produção de açúcar constituísse para as Antilhas o magnífico negócio que era. Contudo, no caso brasileiro, passava-se de uma situação altamente favorável — em que a indústria estivera aparentemente capacitada para autofinanciar a duplicação de sua capacidade produtiva em dois anos — para uma outra de rentabilidade relativamente baixa<sup>63</sup>. A situação fez-se mais grave no século XVIII, em razão do aumento nos preços dos escravos e da emigração da mão-de-obra especializada, determinados pela expansão da produção de ouro. Como a produção de açúcar no Nordeste esteve em todo o século XVIII por baixo dos pontos altos alcançados no século anterior, é provável que parte das antigas unidades produtivas se hajam desorganizado em benefício daquelas que apresentavam condições mais favoráveis de terras e transporte.

No caso da criação, o afrouxamento do efeito dinâmico externo, aparentemente, teve conseqüências distintas. A expansão do sistema era, aí, um processo endógeno, resultante do aumento vegetativo da população animal. Dessa forma, sempre havia oportunidade de emprego para a força de trabalho que crescia vegetativamente, e também para elementos que perdiam sua ocupação no sistema açucareiro em lenta decadência. Sem embargo, se a procura de gado na região litorânea não estava aumentando num ritmo adequado, o crescimento do sistema pecuário se fazia através do aumento relativo do setor de subsistência. Em outras palavras, a importância relativa da renda monetária ia diminuindo, o que acarretava necessariamente uma

(63) Vimos que, na situação anterior, para um valor de exportação de 2 milhões de libras, o potencial de inversão líquida — formulada uma hipótese sobre os gastos em bens de consumo importados — talvez alcançasse 600 mil libras. Desta forma, os gastos de reposição de mão-de-obra e dos equipamentos e aqueles despendidos em bens de consumo importados absorviam 1,4 milhão. Reduzindo-se os preços do açúcar à metade, deduz-se que não seria possível sequer manter a capacidade produtiva, a menos que se reduzissem os gastos de consumo. É provável, entretanto, que a forte desvalorização da moeda portuguesa haja contribuído para manter o sistema em condições de, pelo menos, preservar sua capacidade produtiva.

redução paralela de sua produtividade econômica<sup>64</sup>. A redução relativa da renda monetária teria de repercutir no grau de especialização da economia e no sistema de divisão do trabalho dentro da mesma. Muitos artigos que antes se podiam comprar nos mercados do litoral — e que eram importados — teriam agora de ser produzidos internamente. Essa produção, entretanto, limitava-se ao âmbito local, constituindo uma forma rudimentar de artesanato. O couro substitui quase todas as matérias-primas, evidenciando o enorme encarecimento relativo de tudo que não fosse produzido localmente. Esse atrofiamento da economia monetária se acentua na medida em que aumentam as distâncias do litoral, pois, dado o custo do transporte do gado, em condições de estancamento do mercado de animais, os criadores mais distantes se tornavam submarginais. Os couros passaram a ser a única fonte de renda monetária destes últimos criadores.

Tudo indica que no longo período, que se estende do último quartel do século XVII aos começos do século XIX, a economia nordestina sofreu um lento processo de atrofiamento, no sentido de que a renda real *per capita* de sua população declinou secularmente. É interessante observar, entretanto, que esse atrofiamento constituiu o processo mesmo de formação do que no século XIX viria a ser o sistema econômico do Nordeste brasileiro, cujas características persistem até hoje. A estagnação da produção açucareira não criou a necessidade — como ocorreria nas Antilhas — de emigração do excedente da população livre formado pelo crescimento vegetativo desta. Não havendo ocupação adequada na região açucareira para todo o incremento de sua população livre, parte desta era atraída pela fronteira móvel do interior criatório. Dessa forma, quanto menos favoráveis fossem as condições da economia açucareira, maior seria a tendência imigratória para o interior. As possibilidades da pecuária para receber novos contingentes de população — quando existe abundância de terras — são sabidamente grandes, pois a oferta de alimentos é, nesse tipo de economia, muito elástica a curto prazo. Contudo, como a rentabilidade da economia pecuária dependia em grande medida da rentabilidade da própria economia açucareira, ao transferir-se população desta para aquela nas etapas de depressão, se intensificava a conversão da pecuária em economia de subsistência. Não fora este mecanismo, e a longa depressão do setor açucareiro teria

(64) A produtividade física — número de cabeças atendidas por um homem — podia manter-se estável, mas como o valor total do rebanho diminuía — pois a quantidade de gado que se podia vender era relativamente menor — o valor da produção por homem diminuía e, conseqüentemente, a produtividade econômica do sistema.



provocado, seja uma emigração de fatores, seja a estagnação demográfica. Sendo a oferta de alimentos pouco elástica na região litorânea, o crescimento da população teria sido muito menor, não fora essa articulação com o sistema pecuário.

A redução da renda real resultante de baixa dos preços de exportação, numa região agrícola onde a terra é escassa, afeta necessariamente a oferta de alimentos, seja porque se desviam terras que antes produziam alimentos, para produzir artigos exportáveis — e recuperar assim o valor das exportações — seja porque a importação de alimentos deverá reduzir-se. Numa região pecuária — porquanto a população se alimenta do mesmo produto que exporta — a redução das exportações em nada afeta a oferta interna de alimentos e, portanto, a população pode continuar crescendo normalmente através de um longo período de decadência das exportações. No Nordeste brasileiro, como as condições de alimentação eram melhores na economia de mais baixa produtividade, isto é, na região pecuária, as etapas de prolongada depressão em que se intensificava a migração do litoral para o interior teriam de caracterizar-se por uma intensificação no crescimento demográfico. Explica-se assim que a população do Nordeste haja continuado a crescer — e possivelmente haja intensificado o seu crescimento — em todo o século e meio de estagnação da produção açucareira a que fizemos referência.

A expansão da economia nordestina, durante esse longo período, consistiu, em última instância, num processo de involução econômica: o setor de alta produtividade ia perdendo importância relativa e a produtividade do setor pecuário declinava à medida que este crescia. Na verdade, a expansão refletia apenas o crescimento do setor de subsistência, dentro do qual se ia acumulando uma fração crescente da população. Dessa forma, de sistema econômico de alta produtividade a meados do século xvii, o Nordeste se foi transformando progressivamente numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir. A dispersão de parte da população, num sistema de pecuária extensiva, provocou uma involução nas formas de divisão do trabalho e especialização, acarretando um retrocesso mesmo nas técnicas artesanais de produção. A formação da população nordestina e a de sua precária economia de subsistência — elemento básico do problema econômico brasileiro em épocas posteriores — estão assim ligadas a esse lento processo de decadência da grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial-agrícola mais rentável de todos os tempos.

## CAPÍTULO XII

### CONTRAÇÃO ECONÔMICA E EXPANSÃO TERRITORIAL

O SÉCULO xvii CONSTITUI A ETAPA de maiores dificuldades na vida política da colônia. Em sua primeira metade, o desenvolvimento da economia açucareira foi interrompido pelas invasões holandesas. Nessa etapa os prejuízos são bem maiores para Portugal que para o próprio Brasil, teatro das operações de guerra. A administração holandesa se preocupou em reter na colônia parte das rendas fiscais proporcionadas pelo açúcar, o que permitiu um desenvolvimento mais intenso da vida urbana. Do ponto de vista do comércio e do fisco portugueses, entretanto, os prejuízos deveriam ser consideráveis. Simonsen estimou em vinte milhões de libras o valor das mercadorias subtraídas ao comércio lusitano<sup>65</sup>. Isso concomitantemente com gastos militares vultosos. Encerrada a etapa militar, tem início a baixa nos preços do açúcar provocada pela perda do monopólio. Na segunda metade do século a rentabilidade da colônia baixou substancialmente, tanto para o comércio como para o erário lusitanos, ao mesmo tempo que cresciam suas próprias dificuldades de administração e defesa.

Na etapa de prosperidade da economia açucareira, os portugueses se haviam preocupado em estender seus domínios para o norte. A preocupação de defender o monopólio do açúcar deve haver fomentado esse movimento expansionista. A fins do século xvi praticamente todas as terras tropicais do continente — isto é, as terras potencialmente produtoras de açúcar — estavam em mãos de espanhóis e portugueses, por essa época unidos sob um só governo. O ataque de holandeses, franceses e ingleses se fez em toda a linha que desce das Antilhas ao Nordeste brasileiro.

(65) *Op. cit.*, p. 120.



Aos portugueses coube a defesa da parte dessa linha ao sul da foz do Amazonas. Dessa forma, foi defendendo as terras de Espanha dos inimigos desta que os portugueses se fixaram na foz do grande rio, posição-chave para o fácil controle de toda a imensa bacia.

A experiência havia já demonstrado que a simples defesa militar sem a efetiva ocupação da terra era, a longo prazo, operação infrutífera, seja porque os demais povos não reconheciam direito senão sobre as terras efetivamente ocupadas, seja porque, na ausência de bases permanentes em terra, as operações de defesa se tornavam muito mais onerosas. Na época do apogeu açucareiro, Portugal ocupou — expulsando franceses, holandeses e ingleses — toda a costa que se estende até a foz do Amazonas. Pelo menos nessa parte da América estava eliminado o risco de formação de uma economia concorrente. A ocupação foi seguida de decisões objetivando a criação de colônias permanentes. Ao Maranhão foram enviados de uma feita — no segundo decênio do século XVII — trezentos açorianos. Ao iniciar-se a etapa de dificuldades políticas e econômicas para o governo português, essas colônias da região norte ficaram abandonadas aos seus próprios recursos e as vicissitudes que tiveram de enfrentar demonstram vivamente o quão difícil era a sobrevivência de uma colônia de povoamento nas terras da América.

Os solos do Maranhão não apresentavam a mesma fecundidade que os massapês nordestinos para a produção de açúcar. Mas não foi esta a maior dificuldade, e sim a desorganização do mercado do açúcar, fumo e outros produtos tropicais, na segunda metade do século XVII, o que impediu aos colonos do Maranhão dedicarem-se a uma atividade que lhes permitisse iniciar um processo de capitalização e desenvolvimento. As suas dificuldades eram as mesmas que enfrentava o conjunto das colônias portuguesas na América, apenas agravadas pelo fato de que eles tentaram começar numa etapa em que os outros consumiam parte do que haviam acumulado anteriormente. Piratininga contara, em sua primeira etapa, com a forte expansão contemporânea da economia açucareira, havendo-se dedicado à venda de escravos indígenas numa época em que a importação de africanos apenas se iniciava. Foi essa atividade que permitiu à colônia do sul sobreviver. Os maranhenses tentaram o mesmo caminho, mas logo tiveram de enfrentar o isolamento provocado pela ocupação de Pernambuco pelos holandeses e, mais adiante, a própria decadência da economia açucareira.

Em toda a segunda metade do século XVII e primeira do seguinte, os colonos do chamado Estado do Maranhão<sup>66</sup> lutaram tenazmente para sobreviver. Criada com objetivos políticos mas abandonada pelo governo português, a pequena colônia envolveu de tal forma que meio século depois, no dizer de um observador da época, “para um homem ter o pão da terra, há de ter roça; para comer carne há de ter caçador; para comer peixe, pescador; para vestir roupa lavada, lavadeira...”<sup>67</sup>. A inexistência de qualquer atividade que permitisse produzir algo comercializável obrigava cada família a abastecer-se a si mesma de tudo, o que só era praticável para aquele que conseguia pôr as mãos num certo número de escravos indígenas. A caça ao índio se tornou, assim, condição de sobrevivência da população.

A luta pela mão-de-obra indígena que realizaram os colonos do norte e a tenaz reação, contra estes, dos jesuítas, que desenvolveram técnicas bem mais racionais de incorporação das populações indígenas à economia da colônia, constituem um fator decisivo na penetração econômica da bacia amazônica. Em sua caça ao indígena, os colonos foram conhecendo melhor a floresta e descobrindo suas potencialidades. Na primeira metade do século XVIII a região paraense progressivamente se transforma em centro exportador de produtos florestais: cacau, baunilha, canela, cravo, resinas aromáticas. A colheita desses produtos, entretanto, dependia de uma utilização intensiva da mão-de-obra indígena, a qual, trabalhando dispersa na floresta, dificilmente poderia submeter-se às formas correntes de organização do trabalho escravo. Coube aos jesuítas encontrar a solução adequada para esse problema. Conservando os índios em suas próprias estruturas comunitárias, tratavam eles de conseguir a cooperação voluntária dos mesmos. Dado o reduzido valor dos objetos que recebiam os índios, tornava-se rentável organizar a exploração florestal em forma extensiva, ligando pequenas comunidades disseminadas na imensa zona. Essa penetração em superfície apresentava a vantagem de que podia estender-se indefinidamente. Não se dependia de nenhum sistema coercitivo. Uma vez suscitado o interesse do silvícola, a

(66) Em vista das dificuldades criadas pelos ventos à navegação entre a costa norte do Brasil e as demais capitânicas, ao ocupar-se daquela o governo português considerou conveniente criar uma colônia distinta, diretamente ligada a Lisboa. Essa colônia, fundada em 1621, chamou-se de Estado do Maranhão, em contraposição ao Estado do Brasil, e compreendia desde o Ceará até o Amazonas.

(67) Observação do Padre ANTÔNIO VIEIRA, feita em 1680. Citado por R. SIMONSEN, *op. cit.*, p. 310.



penetração se realizava sutilmente, pois, criada a necessidade de uma nova mercadoria, estava estabelecido um vínculo de dependência do qual já não podiam desligar-se os indígenas. Explica-se assim que, com meios tão limitados, os jesuítas hajam podido penetrar a fundo na bacia amazônica. Dessa forma, a pobreza mesma do Estado do Maranhão, ao obrigar seus colonos a lutar tão tenazmente pela mão-de-obra indígena e a correspondente reação jesuítica — de início simples defesa do indígena, em seguida busca de formas racionais de convivência, e finalmente exploração servil dessa mão-de-obra — constituíram fator decisivo da enorme expansão territorial que se efetua na primeira metade do século XVIII.

Na etapa em que os colonos do norte se esforçam por sobreviver numa caça impiedosa ao índio e num aprendizado crescente da exploração florestal, grandes são também as dificuldades que enfrentam os colonos da antiga colônia de São Vicente no sul, para manter seu precário sistema de vida. O empobrecimento da região açucareira, ao reduzir o mercado de escravos da terra, repercutiu igualmente na região sulina, escassa de toda mercadoria comercial. Os couros, que de há muito se exportavam também pelos portos do sul, aumentaram então sua importância relativa e os negócios de criação passaram a preocupar os governantes portugueses em forma crescente. Por essa época a região do Rio da Prata se configurava já como grande centro criatório e os seus couros constituíam uma séria ameaça a um dos poucos produtos da colônia portuguesa cujo mercado não havia sido desorganizado pelo desenvolvimento antilhano. A penetração dos portugueses em pleno estuário do Prata, onde em 1680 fundaram a Colônia do Sacramento, constitui assim outro episódio da expansão territorial do Brasil ligada às vicissitudes da etapa de decadência da economia açucareira. A Colônia do Sacramento, que esteve em mãos portuguesas com interrupções durante quase um século, permitiu a Portugal reforçar enormemente sua posição nos negócios do couro, demais de constituir um entreposto para o contrabando com um dos principais portos de entrada da América espanhola, numa etapa em que a Espanha perdera praticamente a sua frota e persistia em manter o monopólio do comércio com suas colônias.

Na medida em que cresciam em importância relativa os setores de subsistência no norte, no sul e no interior nordestino, — reduzindo-se concomitantemente a participação das exportações no total do produto da colônia — tornava-se mais e mais difícil

para o governo português transferir para a Metrópole o reduzido valor dos impostos que arrecadava. Devendo liquidar-se em moeda portuguesa tais impostos, sua transferência impunha uma crescente escassez de numerário na colônia, cujas dificuldades também por esse lado se viam agravadas. Em Portugal eram ainda mais sérias as vicissitudes. A queda no valor das exportações de açúcar, por um lado, criava dificuldades ao erário e, por outro, impunha a necessidade de reajustar todo o sistema econômico a um nível de importações bem mais baixo. As repetidas desvalorizações cambiais (o valor da libra sobe de mil-réis para três mil e quinhentos réis entre 1640 e 1700) refletem a extensão do desequilíbrio provocado na economia lusitana. Do ponto de vista da colônia, tais desvalorizações, se traziam algum alívio à região exportadora de açúcar, também contribuía para agravar a situação das regiões mais pobres que pouco ou nada tinham para exportar e cuja procura de importações era altamente inelástica pelo fato mesmo de que se limitava a coisas imprescindíveis como o sal. O encarecimento das manufaturas importadas chegou a extremos e nas regiões mais pobres, como Piratininga, uma simples roupa de fazenda importada ou uma espingarda podiam valer mais que uma casa residencial<sup>68</sup>. Esses fatores contribuía para a reversão cada vez mais acentuada a formas de economia de subsistência, com atrofiamento da divisão do trabalho, redução, da produtividade, fragmentação do sistema em unidades produtivas cada vez menores, desaparecimento das formas mais complexas de convivência social, substituição da lei geral pela norma local, etc.

(68) R. SIMONSEN, *op. cit.*, p. 221.